

Secretários da Fazenda negociam critérios para rolagem da dívida

por Ivanir José Bortot
de Brasília

Os secretários da Fazenda de todos os estados vão propor ao ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, na Secretaria do Tesouro Nacional, antes da Reunião do Conselho de Política Fazendária (Confaz), uma discussão em bloco sobre os critérios de "rolagem" da dívida interna e externa dos estados, municípios e empresas estatais. A informação é do secretário da Fazenda do Rio Grande do Sul, José Ernesto Pasquotto.

O ministro da Fazenda, segundo uma qualificada fonte da área econômica, estaria disposto a estabelecer novos parâmetros para "rolagem" da dívida desde que os estados adiem para mais trinta dias a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) evitando, assim, um impacto do imposto sobre o índice de inflação. "O ministro quer salvar o Plano Verão", disse a este jornal um qualificado interlocutor oficial.

O que os estados estão procurando com esta discussão é estabelecer, através do Executivo, os parâmetros para pagamento da dívida externa e interna já fixados pelo Congresso Nacional.

Os estados do Centro-Sul terão que pagar 8% do estoque da dívida e refinanciar os outros 92%. A proposta que foi apresentada pelo ministro da Fazenda ao secretário de Finanças do Distrito Federal, Marco

Aurélio Martins Araújo, prevê um prazo de doze anos com quatro de carência para refinanciamento da dívida. A União sairia ganhando um ano, tendo em vista que na negociação externa o Brasil teria obtido o prazo de cinco anos de carência para o pagamento da dívida.

"Individualmente os estados terão dificuldade em negociar o repasse das operações de relending (reemprestimo interno das autorizações externas retidas no Banco Central). A ideia é buscar uma forma de negociação através de sindi-

catos de bancos", disse a este jornal o secretário da Fazenda gaúcho.

O principal ponto de negociação com o ministro da Fazenda será a dívida das empresas estatais. O Rio Grande do Sul deve US\$ 900 milhões aos bancos internacionais. Os estados querem assegurar um mecanismo que garanta a rolagem deste tipo de operação em conjunto.

Nesta negociação — poderia haver ganhos também para a União com a prorrogação por mais um mês da cobrança do ICMS. Por decisão tomada na últi-

ma reunião, de 28 de fevereiro, os estados, apesar de estarem amparados em lei, assinaram convênio com a União prorrogando para 31 de março a cobrança do ICMS sobre diversos itens. Apenas energia elétrica e telecomunicações foram tributadas em 17% de ICMS. Os secretários chegaram a um consenso sobre a necessidade de manter o óleo diesel com alíquota de 11,2% para a gasolina. Os secretários, mesmo temendo o efeito "cascata" sobre a inflação, tentaram elevar para 17% a alíquota do ICMS.